



Câmara Municipal

ATA N.º 03/XII/2017

Reunião Ordinária Pública de 22/11/2017

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, no Salão Nobre do Edifício Sede do Município, pelas vinte e uma horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura, e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	17
2. DECLARAÇÃO DE ABANDONO E PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA.....	20
3. CONTRATO – PROGRAMA 2017 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO.....	21
4. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MOITA – FANFARRA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS.....	23
5. REGIME DE LICENCIAMENTO DOS RECINTOS ITINERANTES E IMPROVISADOS – CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE VISTORIAS.....	23

Foi seguidamente dado início ao Período de Intervenção do Público.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

D^a Rosa Paula – Disse querer dar os parabéns ao novo Executivo, ou seja, àqueles que já estavam e aos que vieram de novo e dizer que espera que possam continuar a colaborar com a Comissão de Moradores, com a Câmara Municipal e com a Junta de Freguesia para que possam cooperar e ter um próximo Mandato, se não for igual melhor àquele que passou.

Sr. Mário Rodrigues – Desejou um bom Mandato a todo o Executivo e que tudo corra o melhor possível, acrescentando que o que o trás a esta reunião é um problema que se passa na rua onde mora, nomeadamente na Rua D. Dinis, no Bairro da Liberdade, Penteado, que são as tampas dos esgotos, como a rua é muito estreita e existem carros estacionados de um dos lados, todo o trânsito, inclusive os pesados como o carro do lixo passam por cima das tampas o que faz com que as mesmas já estejam deslocadas e que as bases onde as tampas assentam já estejam partidas, acrescentando que para além de ser perigoso o trânsito ao passar por cima das tampas, como as mesmas estão partidas fazem muito barulho o que incomoda muito as pessoas que ali moram, agradecendo que esta situação seja corrigida assim que possível e está a denunciá-la porque pensa que quando uma coisa que está mal temos o dever de o participar e fazer para que a coisa se recomponha.

Sr. António Costa – Disse que reitera o que já foi dito, desejando que o novo Executivo tenha todo o êxito que a comunidade e o Concelho desejam. Mais acrescentou que gostaria de voltar a falar sobre uma situação que ainda não está resolvida e não será fácil, que se prende com o acesso pedonal na Estrada Municipal 533–1, que liga a Moita ao Pinhal Novo, mais concretamente na zona do Penteado, mais perto da Moita, porque é um risco muito grande para as pessoas que têm que circular por ali a pé, apesar de este já não ser um assunto novo, ainda se continua a viver esta situação portanto aproveita o facto de haver pessoas novas no Executivo, pode ser que possa haver uma maior disponibilidade para que o assunto possa ser ultrapassado e resolvido.

Sr. Vitor Manuel – Disse que gostaria de convidar o Executivo da Câmara a ver o seu espólio que ofereceu ao Arquivo da Câmara Municipal da Moita, com todo o gosto, bem assim como os munícipes que queiram lá ir ver, uma vez que tem muito orgulho nisso. Seguidamente disse que o que traz a esta reunião é precisamente o seguinte: na Moita com mais de quinhentos anos de existência já não existe a Travessa da Piedade nem a Travessa da Madre de Deus, mas o Executivo da Câmara não é culpado, nem os outros que passaram, alguém é culpado daquilo que fez mas infelizmente já não se encontra entre nós. Acrescentou ainda quanto às travessas da Madre de Deus e da Piedade que em determinada altura, tanto com o Padre Fernando como com o Padre João Carlos, tentou, junto deles para que lhe facultassem o acesso ao Arquivo da Fábrica da Igreja, o que lhe foi sempre negado, entretanto com a vinda do atual Padre que se encontra presentemente na Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, e que pouco sabia em relação à Ermida de São Sebastião assim como, no caso concreto a Igreja de Nossa Senhora da Boa Viagem, tendo dito a uma pessoa que estava entregue ao Arquivo que poderia ir falar com ele, e foi, tendo-lhe explicado o assunto e foi-lhe dito o seguinte: “O senhor tem tentado, para ver o rol dos “consados” que a igreja tem de 1894 a 1914” ao que lhe respondeu que sim, tendo o Sr. mandado de imediato abrir o armário e tirou o rol dos “consados”, que desdobrado tem quase um metro, portanto agarrou no documento e deu-lhe para que pudesse levar e mostrar às pessoas que a Capela, que a Travessa da Piedade e da Madre de Deus sempre existiram. Entretanto, levou o Livro e

solicitou que fosse fotocopiado e depois de o ser, o Livro foi enviado para a Tipografia “Belgráfica” que lhe colocou uma capa, portanto ficou tudo muito bem, e felizmente, o trabalho foi bem feito e está ao dispor de todos nós. Mais disse que foram tiradas as fotocópias referentes à Travessa da Madre de Deus e da Piedade, acrescentando que, na Travessa da Madre de Deus, existe lá um nicho, que é um nicho à Senhora da Piedade, que foi colocado nesse local, nos anos 60, pelo Engenheiro Santos Correia, mais tarde ele voltou a colocar os azulejos que ainda hoje lá se encontram. Mais tarde aconteceu que a Junta de Freguesia mandou tirar as placas que lá se encontravam e mandaram colocar na parte que vai do Cais para a Madre de Deus, e na parte que vai da Estanislau Domingos para a travessa da Piedade e a frase que lá consta é “Travessa da Senhora da Piedade”, ou seja, passou esta a ser a Travessa da Senhora da Piedade, e a Travessa da Madre de Deus e a Travessa da Piedade deixaram de existir. Disse ainda que tem muito orgulho da sua terra e do seu Concelho, mas não admite isto de maneira nenhuma, sendo isso que o fez estar presente nesta reunião porque pensa que isto terá uma solução, uma vez que a Moita, o seu ex-libris é precisamente, primeiro a Ermida de São Sebastião e depois as duas Travessas, e como as coisas devem ser tratadas no seu devido lugar deixou um croqui, que contém toda a informação e agradece a oportunidade por ter podido expôr este assunto que lhe parece muito importante.

Sr. Presidente – Disse que em virtude de terem chegado mais munícipes, no decurso das anteriores intervenções, voltaria a perguntar se alguém desejava colocar alguma questão.

Sr. Rocha – Disse vir a esta reunião para alertar para uma situação com que se deparou, no dia de hoje à hora do almoço, ou seja, no esgoto que sai da muralha, onde está o Ancoradouro estava a sair um líquido branco que parecia leite e estranhou porque não sabia ao que aquilo se devia uma vez que à partida seria um esgoto só das águas pluviais, atendendo a que, a rede de esgoto está ligada às ETAR’s.

Sr. Presidente – Disse que sobre os assuntos abordados, e uma vez que não houve nenhuma na forma de pergunta, portanto não se coloca a questão de ninguém responder diretamente, portanto, por um lado queria agradecer as saudações que lhes foram feitas e disse que, naturalmente, é intenção manter, e se possível acentuar, a colaboração com as Comissões de Moradores e com o trabalho que vem sendo realizado, pensando que este percurso que nos últimos quatro anos foi feito, em particular, uma vez que estão cá hoje, em relação à Comissão de Moradores da Fonte da Prata, é exemplo do que deve ser uma colaboração entre Autarquias e uma Comissão de Moradores, portanto com certeza que da parte da Câmara Municipal, há todo o interesse e toda a vontade em que assim continue e que se continuem a encontrar respostas aos problemas.

Sobre as outras questões, agradeceu a saudação do Sr. Mário Rodrigues e acrescentou que em relação ao problema que foi apontado, vai-se verificar com os serviços o que se pode fazer. Sobre o passeio, esclareceu que o trabalho que foi feito, de construção dos mesmos em diversas estradas, quer no Penteadado, quer no Chão Duro, ou mesmo em um ou outro ponto, foi sempre em colaboração com a Junta de Freguesia e iremos, com certeza, retomar esse processo, no entanto, é precoce dizer qualquer coisa uma vez que ainda não falámos com a Junta de Freguesia sobre quais serão as próximas frentes de intervenção, no entanto este é um problema conhecido, tem sido muitas vezes referido, e ainda bem.

Sobre as questões colocadas pelo Sr. Vítor Manuel, ter-se-á que ver, porque está-se a falar de um assunto que desconhece, portanto não pode adiantar mais, vai-se ver o que é que se pode fazer em relação a esta matéria.

Acerca da questão colocada pelo Sr. Rocha disse que, de facto, não era suposto saírem por ali outros produtos senão água, embora saibamos que não é água limpa porque a água pluvial e as condutas

pluviais recolhem todas as escorrências das ruas e estas comportam diversas sujidades que se acumulam nas mesmas e recolhem também produtos de algumas más práticas., ou seja, não é nada invulgar ver-se pessoas, após fazerem as suas pinturas, nomeadamente de muros ou outras, a deitarem no sumidouro os restos das tintas e das lavagens do material que utilizaram, portanto existem vários fatores que podem explicar o facto de no local não sair só água mas outros produtos, mas de qualquer forma o vereador responsável irá tentar perceber se se vêm ali vestígios de algum outro produto que possibilite detetar a sua origem e intervir se for caso disso.

Não havendo mais intervenções passou-se de seguida ao Período da Ordem do Dia.

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria, da Câmara Municipal.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no período Antes da Ordem do Dia.

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse: “Eu trago aqui um conjunto de assuntos que resulta de contactos de munícipes, alguns deles, senão mesmo três deles e o quarto é uma curiosidade para poder responder aos munícipes. Primeiro assunto, fomos contactados por uma moradora da Rua 26 de Janeiro, nas Arroteias, Alhos Vedros, comumente chamada e passo a expressão, a Rua do Trilho a onde esta munícipe nos diz que já tinha contactado e é uma situação de acumulação de águas quando chove, portanto, alguma preocupação para saber qual é o ponto da situação para podermos responder, aliás esta mesma munícipe diz que como tem uma familiar, a mãe dela mora lá e quando chove é complicado, aquilo é uma rua em que se acumulam águas.

A segunda situação que eu trago é o pedido dos moradores, e aqui peço desculpa, falha minha que não fui ver o nome exato, os moradores da Praceta da Moita, aquela ali ao pé do Centro Paroquial, digamos assim, creio que Praceta 1º de Maio, na Praceta 1º de Maio um alerta, uma vez que, aqui, é mais um caso de incivilidade, portanto, são as pessoas que, por vezes até, não têm cuidado com os seus animais de estimação e estão a prejudicar as situações onde os garotos brincam, ali na Praceta, portanto uma chamada de atenção se houver possibilidade de verificar.

A última é um pedido na ciclovia e na via pedonal, que nos liga aqui da Moita até ao Rosário, que é usada pelos Munícipes que chegam já tarde e que fazem a sua caminhada, a sua corrida praticamente noturna, têm muito pouca iluminação, portanto, quando é que pensam, ou quando é que pensamos todos fazer a iluminação para que este grupo, que é um grupo que se junta aqui à frente dos Paços do Concelho e depois se faz à estrada, para desanuviar da semana de trabalho, esta necessidade de iluminação.

Depois vi, também para responder aos munícipes, brevemente, irão ser iniciadas as obras da ciclovia/via pedonal entre a Rua D. Manuel I, com o monumento, digamos assim a Rotunda do Touro e a Rotunda do Carvalhinho, como se diz lá no bairro e localidade onde eu moro, o que eu gostaria de saber, também para responder aos munícipes era, é um espaço considerável, mas a que é que liga, no âmbito do projeto das Ciclovias, e quando é que está calendarizada, na medida do possível, estas obras de ligação a esta obra que se vai iniciar agora.”

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse trazer algumas questões que são muito rápidas, nomeadamente, a primeira é que tem a registar, e vai retomar o assunto dos carros abandonados em Alhos Vedros, mas tinha que referir que as coisas evoluíram positivamente e o carro que lá se encontrava, em fase de desmantelamento, já foi removido e portanto já não está na via pública. Acrescentou, ainda, que constatou que existe um outro carro, abandonado, na rua junto à Escola, de 1º Ciclo, em Alhos Vedros, desde o mês de Abril, após ter contactado o Vereador respetivo foi-lhe explicada a situação e dito que já se está a prever a sua remoção daquele local, registando esta situação com agrado e pensa que a Câmara Municipal tem feito um trabalho de intervenção muito meritório.

Disse ainda que tinha levantado, em tempos, a questão da recolha de monos junto aos caixotes do lixo e não chegou a saber se sempre vai ser tomada alguma medida, nomeadamente a informação aos munícipes das datas de recolha dos mesmos, tinha até sugerido que fosse afixada alguma informação junto aos contentores do lixo para que os munícipes ficassem informados, porque isto também tem a ver com questões de civismo por parte dos munícipes uma vez que se colocam junto aos contentores móveis, resíduos de obras, coisas com vidros, janelas com vidros partidos, tudo o que não se precisa fica amontoado junto aos contentores do lixo, e depois demora uma semana a ser recolhido e é uma semana em que as coisas se estão a partir e a espalharem-se na via pública, logo sabendo-se que há um dia certo, da semana, para se fazer essas recolhas, já evita estas situações portanto questiona se vai ser tomada alguma medida sobre a informação aos munícipes.

Relembrou outra situação que já tinha levantado há algum tempo e que tem a ver com o Centro de Experimentação Artística, que está situado no Vale da Amoreira e que é um excelente equipamento, mas existe falta de sinalética de localização daquele espaço, lembrando que há pouco tempo houve no local, uma sessão de formação e muitos professores (seus colegas) que iam participar no evento, andaram às voltas, porque nem sequer sabiam onde é que era o Centro de Experimentação Artística, portanto continua a pensar que o Centro não está bem sinalizado e, muitas pessoas não sabem bem o que é aquele edifício, portanto pensa que se deveria colocar desde o início do Vale da Amoreira e até ao respetivo Equipamento sinalização adequada à sua localização porque assim qualquer munícipe, ou qualquer visitante ao Concelho ficaria a saber que ali existe um Equipamento, topo de gama com equipamentos muito bons e que, regista com agrado, onde está a haver cada vez mais atividades.

Disse, ainda, querer colocar algumas questões relacionadas com alguns dos Equipamentos que são Património Municipal, nomeadamente, o primeiro em relação à antiga Praça de Alhos Vedros, uma vez que alguns munícipes vêm-lhe perguntar se sabe alguma coisa sobre o assunto, até porque primeiro foram lá uns técnicos, agora foram fotografar, e isto já aconteceu há algum tempo, portanto, sabe que está a haver, ou sabe que está previsto um projeto de intervenção naquele local mas não sabe se se poderia dar alguma luz nesse projeto, até para os munícipes saberem. O outro espaço, que já tentámos uma vez visitar mas que ficou adiado, é em relação ao Palacete dos Condes de Sampaio, que é ao lado do Moinho de Maré de Alhos Vedros e que é um espaço muito emblemático situado no Cais de Alhos Vedros, pensando que era bom, também, saber para quando está previsto um projeto de intervenção para este Equipamento, sugerindo, agora que se está a iniciar um novo Mandato, se fosse possível, visitar o espaço para verificarmos como se encontra e as potencialidades que tem, assim ficaríamos todos inteirados, e na condição de Vereadores, era bom termos esse conhecimento para quando in -

terrogados pelos munícipes sabermos responder, e não sabemos. Portanto ficam aqui estas duas referências, em relação a estes dois espaços, que são Património Municipal, que perspectivas é que há de uma intervenção, da sua reformulação ou restauração e para que fins é que serão, acrescentando que haveria outros referenciais de Património mas fica para uma outra oportunidade.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse: “Eu queria aproveitar esta oportunidade para me dirigir ao Exmº Senhor Presidente, e aproveitando, então, esta reunião para dar voz ao sentimento dos munícipes, aqui, do Concelho da Moita, já não é de hoje que surgem os alertas a respeito da insatisfação face à limpeza das nossas ruas e espaços públicos, essas situações já foram alvo, também, de alertas por parte do Partido Socialista, a verdade é que estas situações já não são de hoje e estão longe de melhorar.

Os debates na praça pública têm sido frequentes e muitas vezes acalorados, existem variadíssimas opiniões e propostas em torno deste tema, e agora peço desculpa por aquilo que aqui vou dizer mas as palavras não são minhas, são de um autarca desta terra, quando digo desta terra é deste Concelho, que numa das propostas que sugeria instalar, então até, o prémio, criar o prémio do “porco do ano”, qual não é o caso, qual não é o espanto para todos daqueles que assistiam àquele caloroso debate, é que a situação motivada pela qual seria proposto esta iniciativa surgia de uma alegada desarticulação entre os serviços da autarquia e um munícipe, nomeadamente, na Baixa da Banheira, o que teria motivado então um grande depósito de lixo num terreno, associado a estas situações, outras situações é que também quando o lixo, por vezes, aparece na rua, por diversas razões, algumas delas é ausência de civismo, a proposta então, também, que surgia, por esse mesmo autarca, era colocar então as pessoas, os munícipes, que já contribuem com o dinheiro dos seus impostos, a fazerem esse serviço de limpeza, é óbvio que o Partido Socialista não se revê nesse tipo de propostas, não se revê nesse tipo de pensamento, sendo certo que a situação está longe de passar somente pela Autarquia, carece sim de uma resposta integrada, de uma resposta que, em diversos eixos de modo a que possa então fazer, também, contribuindo também, tirando partido das pessoas, da participação das pessoas e criando sentimento de pertença, de afeto por aquilo que é de todos, mas também através da própria, dos serviços da própria Autarquia.

Bem sabemos que a Câmara Municipal, aqui há pouco tempo, já efetuou, procedeu à iniciativa de comprar uma nova varredora, mas esse novo equipamento, por si só, está longe de poder dar resposta a todas as solicitações que vêm e acontecem ao longo do Concelho, perguntando então o que é que estará o Executivo a pensar para dar resposta a este tipo de situações.”

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: “As questões que eu tenho aqui a colocar são algumas umas perguntas, outra, também ouvindo reclamações por parte de munícipes, venho aqui transmitir. A pergunta é se já existe, e como pode ser consultado o Regulamento de Utilização do Acoradouro dos Barcos Típicos, que está aqui no Cais da Moita, ainda relacionado com esta questão do Acoradouro, é quando se estima que a porta automática do acesso ao mesmo possa estar a funcionar.

Entretanto, retomo aqui um assunto que na Assembleia Municipal, tive a oportunidade aqui há uns bons meses ou ano trazer, que tem a ver com uma simples palmeira, daquelas muito rasteiras, que existe, ali, na circundante da Praça de Toiros da Moita, precisamente na segunda coroa, quando se volta para a Avenida Teófilo Braga, em que a palmeira retira toda a visibilidade a quem ali tem que fazer stop, tem que parar e olhar para a esquerda no sentido de se prevenir se vem algum carro da primeira coroa, aquela que está mais próxima da Praça de Toiros, em tempos, a reclamação que eu fiz ou o pedido que eu fiz foi assistido, de facto foram aparadas ali as pernadas maiores da dita palmeira e aquilo ficou a funcionar melhor mas está, se calhar, na altura de voltar outra vez a ter essa preocupação.

Ainda falando em árvores e há um assunto que o Vereador Joaquim Raminhos já tinha trazido na última reunião, mas parece-me que é horizontal ou transversal a todo o Concelho, e, precisamente, na Praceta da Liberdade, que é no Bairro do Palheiro, neste caso até meu vizinho, fizeram-me sentir que há árvores que entram pelas varandas dentro, que lhes fazem permanentemente sombra o que torna as casas húmidas e um bocado insalubres, e naturalmente, que na sequência daquilo que o Vereador Joaquim Raminhos tinha dito na última reunião, eu hoje junto-me a ele, para que seja ponderado o facto de as podas tomarem em consideração quer a dimensão das árvores, que entretanto foram crescendo e agora estão a chegar, precisamente, a tocar nos prédios e a fazer, ali, sombras permanentes.

Entretanto, também queria deixar uma nota, uma nota que se prende, infelizmente, com a Ordem do Dia, que tem a ver com a seca extrema que se está a fazer sentir, eu sinto que há um trabalho de pedagogia que deve ser feito no sentido de alertar os munícipes, e não só, para um consumo inteligente e precavido da água, e disse não só porque eu julgo que também deveria haver a sensibilização dos nossos trabalhadores, aqui, do Município no sentido de fazerem um uso consciente da utilização da água nas suas próprias tarefas, nós sabemos que há rega, e que muitas vezes encontramos aquilo a deitar para todo o lado menos para o sítio onde deve, até no próprio uso, no seu uso pessoal eu acho que deveria ser feita uma sensibilização aos nossos trabalhadores, começar por aí e depois estender essa sensibilização à população, com a introdução no Maré Cheia e no Boletim Municipal de um pequeno alerta, não é necessário ser uma coisa muito extensa, até se calhar utilizando material que a Autoridade Nacional de Proteção Civil disponibiliza, mas pôr um pequeno alerta nos nossos meios de comunicação daqui do Município no sentido de consciencializar de que a água é um bem único, é um bem que aqui no nosso Concelho felizmente, dado estarmos sob um aquífero bastante bom e já agora quero também dizer aqui publicamente o apreço e o regozijo que senti quando foi, agora, informado que o nosso Município foi galardoado com um prémio de excelência pela qualidade da água, e digo em todo o lado que a melhor água que há é a da Moita, e de facto essa qualidade foi agora reconhecida. Por isso são estes dois pontos, que eu deixo à Câmara Municipal, ao conjunto de todos nós, no sentido de tomarmos esta medida que não tem custos, é só reservar um pouco de espaço nos nossos meios de comunicação e depois ver qual a melhor forma de se fazer chegar aos nossos trabalhadores esta sensibilização."

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse querer lembrar que, pela primeira vez, existe uma forma diferente na Câmara, ou seja, todos os partidos que elegeram Vereadores, os mesmos têm Pelouros, portanto, há uma responsabilidade real na direção dos desígnios do Município por parte de todas as forças que se candidataram e que elegeram Vereadores, logo deixou de haver qualquer hipótese de haver uma oposição meramente de colocar questões porque todos vão ser chamados a responder, de facto, às questões, este esclarecimento pareceu-lhe importante até por uma questão que foi levantada pelo Vereador Joaquim Raminhos quando fez referência que tinham visto umas pessoas na Praça de Alhos Vedros a tirar fotografias, acrescentando que uma das responsabilidades do seu Pelouro é as Praças, sendo que o nome correto é Mercado Municipal de Alhos Vedros, e esclarecendo que este é um Mercado que já só tem duas pedras a funcionar e uma loja, que é um sapateiro, informando que foi com uma das suas equipas conversar com os donos das pedras que estão a funcionar e com o dono da loja para se inteirarem de como se pode ajudar a dinamizar o Mercado, a ajudá-los também nos seus negócios, portanto, se calhar a questão que foi levantada de que tinham sido vistos uns técnicos a visitar o local, naturalmente que os Vereadores que ocupam Pelouros só o ocupam desde o início do mês, portanto há 20 dias, e neste tempo naturalmente que aquilo que pretendeu foi inteirar-se de todos os problemas sendo que neste curto espaço de tempo é difícil trazer já soluções, acrescentando que existe já um projeto que envolve o Movimento Associativo e espera-se a marcação de reuniões para que se possa avançar com alguma coisa, se bem que para o Mercado de Alhos Vedros já existe um Estudo bastante avançado por parte de anteriores Mandatos da Câmara Municipal no sentido de uma entrega ao Movimento Associativo.

Sobre a intervenção do Sr. Vereador Raminhos acerca da sinalética do Centro de Experimentação Artística disse que realmente as pessoas, quando estão numa reunião na Moita, ficam a pensar onde é o CEA, mas por exemplo se estivermos, numa reunião no Vale da Amoreira, as pessoas perguntarão onde é o Posto de Turismo porque também não há nenhuma sinalética a indicar, portanto, de facto temos um problema com a sinalética no Concelho.

Disse, em seguida, sobre a questão da presença dos Municípes, porque a Proposta que trás, na primeira Reunião Pública da Câmara, não é a primeira que faz, porque já houve reuniões privadas, mas durante a Ordem de Trabalhos existe outra Proposta vinda do seu Pelouro, pois teve o cuidado de querer que esta fosse a sua primeira Proposta numa Reunião Pública em que solicita que se estude a possibilidade das Reuniões Públicas da Câmara Municipal passarem a ser transmitidas em direto através do website da Autarquia, até porque sabe que hoje em dia existe o canal da Assembleia da República e porque os dados são oficiais, também sabe que são poucas as pessoas que assistem a este canal, portanto acrescentou que, de facto, por muito que se queira aproximar eleitos de eleitores, ou seja, quem exerce os cargos, de quem os elege, muitas vezes esbarra-se com alguma indiferença, pensando que também é importante, e obrigação dos eleitos, combater essa indiferença, ou seja apelar-se a que as pessoas participem e conheçam melhor cada um dos Órgãos, desde o Governo à Assembleia da República passando também pelos órgãos autárquicos, obviamente que estas questões não são simples do ponto de vista técnico mas hoje em dia, com um simples telemóvel consegue-se fazer uma transmissão em direto, portanto pensa que chegou a altura de se começar a pensar sobre a Proposta, e que se estude a possibilidade de as Reuniões Públicas da Câmara Municipal passarem a ter essa transmissão e de as pessoas poderem assistir, e uma vez que seria na internet, poderão assistir até noutra horário e saberem o que se passa nas Reuniões de Câmara e assim poder-se-ia aproximar os municípes da Câmara Municipal. Poder-se-á, ainda, dizer que a informação assim iria só num sentido, porque do outro lado do computador as pessoas não poderiam colocar as questões como fazem os municípes que vêm às reuniões públicas mas provavelmente dentro em breve isso já poderá acontecer, ou seja, quem está do outro lado do computador poderá colocar as questões on-line, portanto estas coisas hoje em dia já são possíveis de fazer logo cabe ao executivo começar a estudar essas possibilidades e começar a construir esta nova forma de dialogar com os municípes, ou seja, uma forma que consiga englobar todos e poder-se estar em contato com as pessoas que elegeram, que neste caso é este executivo, daí a apresentação desta Proposta.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Desejou que este seja um Mandato que corra bem e que acabe em bem, uma vez que o objetivo principal dos eleitos é trabalhar dentro daquilo que são os seus Programas, lembrando que de facto este é um Mandato com um formato diferente, mas com a força maioritária com 42 anos de experiência no Município e que tem estado à frente deste com todos os problemas que tem decorrido ao longo destes 42 anos e a transformação que este Concelho tem tido ao longo desses mesmos anos.

Mais acrescentou que existe um conjunto de situações que são colocadas, e são por diversos canais em que muitas vezes, como costuma dizer, que é fácil chegar um pedido de reclamação, mas que depois a execução do reclamado às vezes leva o seu tempo a resolver, de acordo com aquilo que são as reivindicações ou que são as reclamações dos municípes, e isto para dizer que também recebem todos os dias centenas de reclamações, e isto é sinal que existe massa crítica, que as pessoas reclamam pelo buraco à sua porta, pelo passeio que está irregular, pelo buraco da estrada, reclamam porque é um dever também reclamarmos no sentido de transformarmos e melhorar aquilo que é o Concelho, que todos desejamos que esteja e seja o melhor para viver, e isso é importante, portanto, essa massa e as questões de cidadania dos municípes são importantes e os alertas também porque às vezes não os vemos com os olhos que os municípes veem.

Lembrou a questão do passeio no Penteado, que é uma situação que tem vindo a ser executada, não da forma e com a rapidez que às vezes era necessário, mas dentro daquilo que são as capacidades da Câmara Municipal e das parcerias que se vão fazendo, os passeios vão sendo construídos, é claro que existem algumas zonas que estão piores que outras, e é necessário também fazer as intervenções ao longo do Concelho e isso é importante, logo estamos atentos a essas pequenas reclamações que se tenta que sejam resolvidas o mais rapidamente possível.

Sobre a Rua 26 de Janeiro disse ter-se deslocado ao local quando recebeu o e-mail e falou com as municipais, portanto está-se consciente do que está lá feito e não é fácil de resolver, mas vai-se analisar em conjunto com os serviços para se perceber o que é que se poderá fazer.

Acerca da Praceta 1º de Maio informou que se vai iniciar uma nova campanha de sensibilização por causa dos dejetos de animais nas ruas, lembrando que esta será uma terceira fase da mesma e que na segunda fase da sensibilização obteve-se alguns resultados, até porque quando foi efetuada o próprio Vereador responsável andou na rua com a fiscalização falando com os municipais que possuíam animais de estimação para os sensibilizar para o problema, com certeza, que esta terceira fase também terá a apoio da fiscalização para que se continue a campanha de sensibilização.

Em relação à questão da iluminação da Ciclovía informou que não é possível colocar mais iluminação do que aquela que já existe porque a zona é Reserva Ecológica Nacional, o que se poderá fazer, eventualmente, é tentar, que se consiga, um reforço na iluminação da Estrada, mas isso é só na Estrada porque na Ciclovía não é possível.

Sobre os carros abandonados, disse que se está atento a isso e que à reunião, de hoje, vem mais uma proposta de recolha de mais cerca de vinte e poucos carros, pensa que vinte e oito.

Sobre a questão dos monos, informou que a Câmara está a trabalhar numa proposta que vai ser implementada, mas ainda não está concluída por isso é que ainda não foi falado, no entanto esclareceu que já se encontra disponível nos canais de informação, mas que nem todas as pessoas vão ver, os dias de recolha de monos em todas as freguesias, e vai-se partir para outro tipo de informação que em breve será colocada na rua.

Acerca da sinalética disse que, a do Concelho não é tão má como dizem e é normal que a existente tenha algum desgaste o que leva a que tenha que ser substituída constantemente. Em relação à sinalética do Centro de Experimentação Artística, como a do Posto de Turismo, como algumas outras que fazem falta, estão a ser objeto de, para o Orçamento de 2018, ser contemplada a aquisição de nova sinalética, portanto vai-se iniciar um novo Orçamento e a sinalética será um dos pontos do mesmo para que se possa fazer o reforço da sinalética em falta e melhoramento da já existente.

Em relação à porta automática do Cais disse que é natural que fique assim durante mais uma semana, é certo que era para já estar pronta mas a empresa que ganhou esta obra, pediu desculpa, mas só o poderá fazer na semana de 20 a 25, portanto temos que aguardar a resolução da situação.

Em relação à questão da Praceta da Liberdade, informou que se vai iniciar, naquele local as podas, até porque o tempo está, infelizmente, propício para isso, porque deveria estar a chover. Informou, sobre a falta de água, que foram tomadas algumas medidas que vão ser colocadas na rua, um conjunto de medidas que foram tomadas e que iremos informar os municipais, tentar a sensibilização, mas disse que em relação às fontes e às regas automáticas já foram tomadas medidas, nomeadamente, as regas foram reduzidas para um quarto e as fontes são recicláveis, ou seja, a água circula, no entanto iremos encerrá-las durante a semana. Sobre a sensibilização aos trabalhadores ao serviço da Câmara, fica o registo, mas, os trabalhadores também são municipais e a campanha dirige-se a todos.

Sobre o Selo da Água, informou que não foi só este ano, mas pelo quinto ano consecutivo que nos é atribuído o Selo de Qualidade de Água, e a autoestima também poderia começar por aí, portanto colocámos nas faturas da água o Selo de Qualidade, certo é que muitos municipais não vê a fatura da água on-line, só vê no papel, mas o Selo de Qualidade está lá.

Em relação aos esgotos do Concelho temos dois problemas graves, chama-se Baixa da Banheira e Moita, porque, quer a Baixa da Banheira quer a Moita têm sistemas unitários, já há muito tempo, ou seja, não existe uma rede de água para esgotos e uma rede de água para as águas pluviais e o que se está a fazer aqui na Moita é a alterar as ligações, portanto começou-se junto da lavagem dos carros, onde havia grandes problemas de esgoto, começou-se a fazer as ligações e tem-se vindo a fazer um trabalho com um pedreiro, e dois cabouqueiros, portanto a Câmara só tem um pedreiro para este trabalho e para todos os outros que sejam necessários, quando, no mínimo dever-se-ia ter três pedreiros e só existe um. Acrescentou, ainda, que também existiu um problema de esgotos na Vila Verde, que é um problema que ainda hoje, de vez em quando, acontece e aparece água de esgoto naquela vala e também se está a trabalhar nesse sentido, portanto está-se a desligar os unitários e fazer as ligações em separado, como é óbvio, é um trabalho que é demorado, mas os serviços estão atentos e está-se a trabalhar, seriamente, nisto para acabar de vez com estas coisas, que às vezes não é fácil.

Sr. Presidente – Sobre a via pedonal da Moita-Rosário, já foi respondido, sobre a via pedonal na Rua D. Manuel I, aquela que liga o Quartel dos Bombeiros, e é aí que começa, à Rotunda do Carvalhinho, esta é a primeira metade de um projeto que está candidatado, e que é financiado por Fundos Comunitários, que vai levar a via pedonal e ciclável até à Escola Técnico- Profissional, sendo que esta é uma situação em que ainda existem questões por limar quanto aos terrenos, portanto avançasse já com a primeira metade para dar concretização e ter execução no Quadro Comunitário. Acrescentou, ainda que desde o início que foi concebido, já lá vão dez/doze anos, que foi concebido o Programa Municipal de Vias Pedonais e Cicláveis, que o conceito foi sempre o mesmo, há a consciência, inevitável, de que aquela Rede de Vias Pedonais e Cicláveis não vai ser construída de uma só vez, ou seja, vão-se construindo troços que se irão ligando à medida que as circunstâncias o permitam, e as circunstâncias são diversas, que têm a ver não só com a capacidade de execução do próprio Município, mas também com o Desenvolvimento Urbanístico e com os Projetos que surgem, portanto onde é imposto que se faça a via tem a ver com a oportunidade que surgiu agora, e que se não tivesse surgido seria seguramente mais difícil de o Quadro Comunitário, portanto o Programa Operacional Regional de Lisboa, apesar de verbas escassas tem algumas verbas para questões de mobilidade, como é dito por eles, para uma aposta nos modos de transporte suaves, e a Câmara Municipal candidatou-se a estas operações maiores, que ainda assim envolvem terrenos e aquisição de terrenos que são particulares. Outra grande dimensão, é a via pedonal e ciclável que ligará o Rosário a Sarilhos Pequenos, que também está prevista, ou seja, estão a ser desenvolvidos os procedimentos para que a sua construção ocorra até 2020, que é o limite do Quadro Comunitário, portanto, sobre esta matéria é disto que se trata.

Sobre o Mercado de Alhos Vedros, ex-Mercado de Alhos Vedros, aquele edifício já foi de alguma forma expropriado às Atividades Económicas há uns anos (passo a brincadeira), ou seja, isolou-se uma zona para os vendedores, portanto estão duas bancas, uma de peixe, uma de fruta e legumes e está o sapateiro e isolou-se para que o resto do edifício pudesse ser utilizado, e está a ser já há algum tempo, por algumas Associações, sobretudo a AlliusVetus com todos os materiais e todo o trabalho desenvolvido relativo à Feira Medieval e a outras iniciativas que esta Associação desenvolve. Mais acrescentou que esta foi uma solução provisória, uma vez que o edifício não tinha sido adaptado, não sofreu obras, estavam lá as bancas do Mercado, o gradeamento de ferro e o portão, portanto era mesmo uma situação só para responder, por um lado a uma necessidade da Associação e por outro para se dar alguma utilidade a um espaço que não estava ainda devidamente reabilitado, no entanto colocou-se, também, a reabilitação deste edifício no Quadro Comunitário, não existe certeza se a Candidatura vai ser aprovada, porque cada Candidatura tem requisitos complicados, que não se adequam por inteiro às intenções para aquele espaço e as Candidaturas são aprovadas em função de um sistema de pontuação em que nalguns dos itens o edifício não tem pontuação porque não foi atri-

buída função económica à Reabilitação que vai ser feita, portanto essa função económica daria uma pontuação superior mas a intenção é reabilitar aquele espaço, remover-lhe os elementos relativos ao mercado, portanto, as bancas e fazer um espaço de apoio ao Associativismo e à produção artística, não se destina exclusivamente a Associações, ou a ser o uso dado a uma Associação, mas sim a ser um espaço de apoio à produção artística, ter permanência de artistas plásticos, exposições, enfim diversas atividades neste âmbito, é aquilo que está planeado e o Concurso se não saiu está prestes a sair.

Informou, ainda, que já está em curso o Concurso para as obras de Reabilitação do Palacete do Cais e que também foi colocada uma verba na Candidatura aos Quadros Comunitários, mas, como já referiu, os fundos são muito limitados, e a verba que lá se encontra, digamos que dá para começar, no entanto não temos noção de que a verba que possamos vir a obter do Financiamento Comunitário, no limite dará para sustentar a degradação do edifício, mas o que já começámos a fazer foi, temos já um arquiteto, uma pessoa com experiência, aliás esteve durante muitos anos ligado à Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, trabalhou em recuperação de Edifícios Históricos em diversos pontos do País, e já começou a trabalhar, a definir algumas ideias, a estudar o espaço, para que se avance efetivamente para uma recuperação daquele edifício, cujo destino será a Musealização integral ou parcial, não está ainda definido porque estamos numa fase preliminar, se todo o edifício será afeto a Museu, porque este tem áreas generosas, e poderia ser para além disso também para um espaço cultural e um espaço expositivo, portanto seria um edifício de cultura, é esse o objetivo que se está a pensar, com as verbas dos Fundos Comunitários, 50% de participação, dar-se-iam os primeiros passos, mas é um processo que não é possível ficar concluído com a verba que está disponível no Programa, portanto para já, será um trabalho para se iniciar e para se continuar durante alguns anos, e será já na entrada da década de 20 que se irá ter aquele edifício reabilitado e devolvido ao usufruto da população.

Sobre as questões da limpeza estão perfeitamente reconhecidos e identificados os problemas que existem, tem-se dito e redito, e procurado explicar, que os problemas que as Autarquias sentem, e não é só no Município da Moita, é para os portugueses todos, são fruto de anos de grandes constrangimentos, de obrigação de redução de pessoal, de constrangimentos financeiros, que aliás ainda não foram removidos integralmente e que isto inevitavelmente se reflete na capacidade operacional das Autarquias e na capacidade operacional, sobretudo nestas áreas, muito dependentes da mão-de-obra intensiva, portanto do trabalho humano. A Câmara tem apostado na mecanização, tem várias varredoras, tem-se substituído, progressivamente, a frota de recolha de resíduos, do carro de recolha de monos, carro de lavagem de contentores, ou seja, a partir do momento que se recuperou alguma capacidade financeira, a partir de 2014, começou-se de novo a fazer a renovação progressiva e permanente da frota e do equipamento mecânico municipal para efetivamente haver capacidade de resposta, ainda assim existe, são conhecidas e reconhecidas, muitas deficiências e tem-se tomado todas as medidas no âmbito das capacidades e dos recursos para se dar respostas às insuficiências que existem, para recuperar capacidade operacional, para recuperar o nível de qualidade de prestação de serviços, que já tivemos e que se degradou nos últimos anos.

Acerca do Ancoradouro disse que há um esboço de Regulamento que foi apresentado ao Centro Náutico Moitense, já há uns meses, mas o processo não foi ainda concluído porque como já foi dito a obra não foi terminada. A questão da porta foi um atraso bastante expressivo por parte da Empresa, que impediu, até ao momento, o funcionamento pleno. Do processo, que está previsto e que está conversado, não só com o Centro Náutico, mas com os proprietários das embarcações, de atribuição dos lugares e de definição das regras de utilização, estão conversadas mas não estão, ainda, fixadas.

Sobre a seca, já foi dito aquilo que lhe parece relevante, acrescentando que, de facto, é um problema gravíssimo para algumas zonas do País, para esta zona, do ponto de vista da água para consumo humano ainda não, mas de outros pontos de vista já é evidentemente um problema grave, basta ver os campos à volta da região e verificar que a cor dominante é cada vez mais o castanho e as consequências que isto trás para a agricultura, para a pecuária e para o encarecimento dos produtos

alimentares, entre muitas outras matérias. Mais disse que o aquífero desta zona é, dizem alguns especialistas não sendo uma opinião cientificamente demonstrada, o maior aquífero subterrâneo da Península Ibérica, e que tem uma característica que lhe proporciona esta riqueza, ou seja, tem dois grandes rios a abastecer-lo, portanto, basicamente não é a infiltração superficial, no entanto existe a possibilidade, se o período de seca se prolongar, mais cedo ou mais tarde, o próprio aquífero dar sinais, sobretudo as captações mais próximas das zonas ribeirinhas que são as primeiras a sofrer da intrusão da água do mar quando baixam os níveis de água doce nos depósitos, não houve até agora, mas infelizmente, se continuar a não chover durante mais tempo, e não chover o suficiente os problemas vão-se agravar, aqui como em todo o País, portanto a situação já é grave, mas estão a ser tomadas medidas, está a crescer a consciência das pessoas para este problema porque cada vez mais se percebe e se ouve as pessoas afirmarem que estão a tomar medidas, estão a reduzir consumos, estão a ter outro tipo de cautelas e isso temos que o fazer todos para não se enfrentar problemas mais graves do que aqueles que já existem hoje.

Ainda, no Período Antes da Ordem do Dia foi apresentado pelo Sr. Vereador Luís Nascimento uma Recomendação, que abaixo se transcreve, tendo em vista a transmissão, em direto, das reuniões públicas da Câmara Municipal através do website do Município e de outras formas digitais.

RECOMENDAÇÃO

Transmissão Direta das Reuniões da Câmara Municipal

“A relação dos eleitos com os cidadãos deve ser constante e, a atuação dos órgãos autárquicos deve permitir que todos os interessados possam seguir, de forma mais completa, todo o processo de gestão desenvolvido pela sua autarquia.

Importa assim dar um passo significativo, que é, tornar a Câmara Municipal e as suas reuniões num espaço cada vez mais aberto e, onde todos os nossos munícipes possam assistir, mesmo à distância, ao que é decidido sobre o presente e futuro do nosso concelho.

Assim, nos termos legais previstos, propõe-se:

1 – Que se estude a possibilidade de as sessões Públicas da Câmara Municipal passarem a ser transmitidas em direto através do website da Autarquia e de outras plataformas digitais.”

Após a apresentação da Recomendação foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse: “Fazendo só um breve apontamento relativamente às questões de limpeza e, Sr. Presidente, vou ser muito breve, diz que encara como sendo resultante, principalmente, dos constrangimentos económicos, quero lembrar que os constrangimentos económicos afetaram todo o País, e existem locais onde se, é mais visível estes problemas, o concelho da Moita é um deles e noutros nem por isso, por isso não estarão só associados aos fatores de constrangimentos económicos por isso a solução não passará, certamente, só por uma questão financeira, terá a ver também com a própria gestão e a maneira como se encara o problema.

Dito isto e indo para a Proposta do Sr. Vereador Luís Nascimento, posso dizer que é com agrado que eu vejo surgir aqui. Proposta similar a esta já foi feita na Assembleia Municipal pelo Partido Socialista, na altura se não está em erro, até foi apresentada por mim, à época a proposta não surgiu como proposta mas como recomendação já no final do Mandato passado os membros da Assembleia Municipal tiveram oportunidade de colocar ao Sr. Presidente, colocar a pergunta sobre o andamento, visto que tinha sido aprovado por maioria da Assembleia Municipal as transmissões on-line dessas mesmas sessões, ao que o Sr. Presidente respondeu: “Uma Recomendação é uma Recomendação, ou seja, sem prazo para a sua execução” tendo eu conhecimento, já tendo alguma experiência com este tipo de situações, eu acho que a Proposta do Sr. Luís Nascimento, da maneira como aparece, peca por falta de ambição, eu acho que deveria sim fazer um enquadramento temporal, no qual seria previsto a execução da mesma, era aquilo que eu enquanto Vereador defenderia e acho que devemos todos defender é que sim, consideramos uma proposta interessante, sim este tipo de propostas deve avançar, estas e todas aquelas que permitam aproximar eleitos e os eleitores, os cidadãos de quem gere a coisa pública, aumentando a transparência e o acesso à informação, e o escrutínio que os munícipes podem fazer sobre o trabalho que desenvolvemos aqui na Câmara, por isso, reforço, uma vez mais, acho que deveria haver um, deveria ser definido um período para a implementação da mesma, um período curto visto que em termos de questões técnicas, como o Sr. Vereador Luís Nascimento mesmo referiu, nos dias de hoje em que nos encontramos, essas questões técnicas são fáceis de ultrapassar exista vontade política, podem ser colocadas em prática a curto prazo, aguardo então, por isso, as opiniões dos restantes vereadores para saber que rumo é que esta proposta e qual é que é o aspeto final que a mesma irá ter.”

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse: “Eu gostava de ter acesso, se houvesse possibilidade, a cópia da Proposta, no entanto, obviamente, não ficou gravado portanto já vou lê-la, no entanto permita-me dizer uma coisa, exatamente, no fundo é uma proposta que exige uma deliberação nossa, é isso não é, segundo o que eu li agora, na diagonal, rapidamente, oh Sr. Presidente eu cá sou uma rapariga que gosto de cumprir coisas e nós recebemos, no dia 17 de novembro, todos nós, uma informação a dizer e passo a citar “... que as Propostas devem chegar ao seu Gabinete, impreterivelmente, até às 12.30 horas da quarta-feira da semana que antecede a reunião.” E depois diz: “ Devem ser enviadas em formato Word, no mesmo prazo, doutra forma serão remetidas para a reunião seguinte.”, não tenho nada contra uma exceção, mas ou as regras são para todos ou então não sei, mas o Sr. Presidente aferirá.”

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que registou algumas intervenções, até relacionadas com algumas questões que levantou e ficou esclarecido sobre a questão dos espaços do Património Municipal.

Disse que não acompanhou, nestes dias, o que tem havido de movimentação de técnicos da Câmara, no mercado, portanto esta movimentação já vem de há um tempo atrás, não foi de agora, e os fotógrafos e os levantamentos que houveram já montam, até, ao anterior Mandato, claro que hoje, já recolheu mais alguma informação e mais concreta do que é que vai acontecer, embora as pessoas que ali vivem não saibam muito bem qual é a finalidade daquelas visitas, mas pelo menos já se levantou uma questão mais concreta, e com certeza vamos acompanhar a evolução da situação, ou seja, já não vai ser Mercado Municipal.

Em relação à questão da água, pensa ser um assunto muito importante e ficou com a sensação, depois de uma reunião de trabalho que se efetuou na Câmara, que se poderia, por vezes, dar mais visibilidade, em termos de comunicação, àquilo que se está a fazer, por exemplo, nesta questão da água o Vereador

do Pelouro informou as medidas que se estavam a tomar mas em termos do Município isso não se sente, não se está a dar visibilidade conveniente ao trabalho que se está a desenvolver e nesta questão da água, se calhar, teríamos que ser um bocadinho mais céleres, sugerindo dois ou três por exemplos, no site da Câmara poderia já estar um slogan, uma vez que o site da Câmara é uma coisa que é rápida, fazer chegar a todas as escolas um Comunicado da Câmara a sensibilizar e fazer-se cartazes para afixar em todos os espaços públicos do Município, mas que fosse uma coisa tão rápida que para a semana isso já estivesse tudo na rua, e não se estar à espera que na próxima reunião de Câmara ainda viéssemos abordar isso, portanto isto são sugestões para que fosse dada uma maior visibilidade aos munícipes dos passos que estão a ser dados neste sentido.

Em relação à questão das árvores lembrou que tinham referido numa Reunião de Câmara anterior, a importância que é dada às árvores no Concelho e da forma como elas são acarinhas, tratadas e podadas e como se falou nesta situação agora porque pensa que vai haver uma intervenção lembrou que nem sempre tem estado de acordo com a forma como são feitas algumas podas nas árvores, e aí também recomenda aos serviços porque fazer uma poda, afirmou nada perceber de podas de árvores e gostar muito destas e até pensar que a poda das árvores é uma obra de arquitetura porque para se fazer tem que se saber. Pensa que as podas têm que ser feitas porque quando não se cuida bem da árvore, um dia pode aparecer um problema e ter que se abater a árvore, portanto ainda bem que se vão fazer essas intervenções atempadamente para que se possa, em espaço urbano, coabitar com as árvores sem necessidade de, por alguma razão, mais tarde terem que ser abatidas.

Sobre a Proposta apresentada também está de acordo porque a mesma propõe que se estude a possibilidade das Reuniões Públicas da Câmara passarem a ser transmitidas em direto através do website da Autarquia, pensando que se dessemos mais um passo, e devesse pensar mesmo na concretização da ideia, é estar com um olho no mundo tecnológico que temos à mão, e se esta situação contribuir para o reforço da cidadania, para o reforço de haver mais cidadãos que acompanhem mais de perto a vida do Poder Local, a vida da Autarquia isso é importante. Quanto aos meios técnicos que isso possa exigir afirma que não domina completamente essas áreas mas pode tentar documentar-se melhor sobre o assunto, no entanto pensa que o sentido com que a Proposta é apresentada merece a sua aprovação, portanto vai no sentido de possibilitar a participação cidadã na vida da Autarquia. Disse ainda, que estas medidas não signifiquem que se está a dar um sinal que lá em casa todos podem acompanhar e depois deixará de haver munícipes presentes na reunião, não é com esse sentido, o que apoia é que estas medidas vão no sentido de outras pessoas que não possam estar presentes, por alguma razão, estarem a acompanhar a vida do Poder Local, mas sempre reforçando a ideia que não se prescinde da viva voz, certamente poderemos coabitar com estas duas frentes, portanto esta Proposta, no sentido de alargar a todo um sector que não pode estar aqui no dia-a-dia e que pode acompanhar os trabalhos na mesma tem o seu voto de aprovação.

Sr. Presidente – Disse antes e sobre a Proposta, duas notas, sobre os problemas da limpeza disse que são generalizados, ou seja, qualquer pessoa que se desloque aos concelhos da região percebe que a Moita não tem diferença significativa, a não ser nalguns casos, para melhor, relativamente aos problemas de limpeza do resto da região, incluindo a capital do País. Os problemas são comuns, as origens são comuns e está-se num processo, todos no Poder Local, todos os Municípios, num processo de recuperar capacidades perdidas, forçadamente perdidas ao longo de anos, está-se num processo de as recuperar, é pena que o processo não seja acelerado, por exemplo, quantas varredoras se compravam com os 200 mil euros que todos os anos os Governos nos retiram para uma coisa chamada Fundo de Apoio Municipal, que é um capital que é para oferecer às Câmaras que tiveram gestões desastrosas e que vão ali buscar dinheiro para se recompor, dando exemplos de algumas, já Setúbal teve um plano de Saneamento Financeiro muito anterior a isto, ou seja, foi buscar dinheiro ao Banco, como outros foram, portanto é para isso que a Câmara dá 200 mil euros todos os anos e já lá vão 600

mil, faltam 800, porque o total é 1 milhão e 400 mil euros, e a Câmara é obrigada porque o valor é retido, portanto somos obrigados a dar para o Fundo de Apoio Municipal, acrescentando que este Governo comprometeu-se, nas negociações iniciais com os Partidos que suportam no Parlamento, a rever o FAM, mas passaram-se dois anos e ainda não reviu coisa nenhuma já lá vão é mais 400 mil euros em dois anos, portanto é esta a situação.

O Sr. Vereador Joaquim Raminhos disse, ainda bem que este ano se vão fazer podas, ainda bem que se vão fazer este ano e que se fizeram o ano passado, há dois anos, há três, há quatro, há cinco, há dez, porque as podas fazem-se anualmente desde que eu me lembro de haver Serviços Municipais.

Sobre a Proposta disse que a responsabilidade de a mesma ser apresentada desta forma é sua porque o Sr. Vereador Luís Nascimento falou consigo em tempo útil, ou seja, quando ainda se estava a receber Propostas para a Ordem de Trabalhos, dizendo-lhe que tinha uma Proposta para apresentar tendo-lhe respondido que essa questão não era propriamente, ou seja, não se enquadrava em nenhum dos Pelouros, nem em nenhuma das áreas, era uma proposta de âmbito político e na sua opinião o assunto ficava bem enquadrado no período Antes da Ordem do Dia, acrescentando que poderia ter-lhe dito para em vez de escrever Proposta, escrever Moção ou Recomendação, logo a questão do texto ser apresentado neste período da reunião, foi responsabilidade sua, pensando que com o correr do tempo estas questões, com certeza irão ser afinadas. Acerca do conteúdo, que é isso que é importante, eu tenho e nós, CDU, temos algumas dúvidas que este seja, um caminho que nos leve aos objetivos que todos proclamamos de termos um reforço da participação e um reforço da cidadania porque, à partida, existe uma diferença entre participar e assistir, não é a mesma coisa, e aquilo que se está a promover é apenas a assistência, e depois as pessoas entretêm-se a colocar os comentários no facebook e nas coisas idênticas, e porque existem muitas pessoas, e em número cada vez maior, que o faz, uns que o fazem, enfim, com investimento cidadão outros com outro tipo de investimentos que têm pouco a ver com cidadania, mas isso já é questão de cada um, portanto as dúvidas são sobretudo estas, isto vai contribuir ou não para trazermos mais pessoas à participação, trazermos mais pessoas às reuniões, portanto, fomentar a intervenção dos cidadãos e a aproximação aos Órgãos Autárquicos, não tem convicção que isto vá no sentido positivo até porque já existem exemplos, não existem muitos mas há uma meia dúzia ou uma dúzia de Municípios que fazem isto e os resultados estão à vista, ou seja, nas primeiras reuniões é novidade, vê-se, mas depois o número de pessoas que estão a assistir, e convidamos a irem verificar, quando estão a decorrer reuniões nalguns dos Municípios onde se faz a transmissão que vejam o número de pessoas que está a assistir, contam-se pelos dedos de uma mão, de duas mãos, de vez em quando, portanto não é isto que resolve nada, não é isto que trás participação, não é isto que trás cidadania, isto é apenas uma modernice, na sua opinião é apenas isso, não trás mais do que isso.

Mais acrescentou que não há aqui nenhuma questão de princípio que diga, não, nem pensar, não vamos por aí, por isso, aquilo que pensa que se deve fazer, é aprovar e estudar, é no sentido não só dos meios técnicos, que não são nenhuns, não é pôr nenhum satélite no ar, portanto, os requisitos técnicos não são muito exigentes como é evidente, mas há alguns e é ver quais são, mas sobretudo discutir-se, durante mais algum tempo e conversando entre todos e chegar-se a um consenso e a uma conclusão sobre se isto, de facto, adianta aos objetivos que se pretendem alcançar ou não. E nesse sentido, pensa que irão votar favoravelmente e irão continuar a falar sobre o assunto até que num prazo razoável, naturalmente não é daqui por quatro anos, num prazo razoável termos uma conclusão e uma determinação relativamente àquilo que se vai fazer.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse que é público e toda a gente sabe a sua forma de pensar que se estivesse nesta cadeira no Mandato anterior, na altura em que se começou a pensar na alteração do Mercado de Alhos Vedros tentaria misturar as questões de Arte, de Associativismo/Coletividade com as questões Económicas e isto até seria bom para a Proposta de encaixe no Portugal 2020 e não só

por isso mas porque é a sua forma de pensar, ou seja, gosta de misturar valências, dando alguns exemplos de forma a demonstrar que haja complementaridade, afirmando que gosta de misturar as questões do Associativismo com as questões de Empresas, acrescentado que esta é a sua maneira de ser e aquilo que sempre defendeu. Mais disse que isto é só para esclarecer que se estivesse no Mandato anterior haveria umas pequenas alterações, mas sabe que o processo está em andamento e ainda tentará algumas questões, é que as duas pedras que funcionam naquele Mercado, ou seja, a pedra que vende peixe e a pedra que vende produtos hortícolas, são pessoas que estão naquele Mercado há trinta e tal anos e o sapateiro é uma figura única em Alhos Vedros, que eu adorei e passei uma manhã a conversar com o senhor para saber dos seus problemas e inteirar-me dos problemas das pessoas do mercado e naturalmente que continuo preocupado com a questão de terem clientes e de o seu negócio funcionar.

Sobre a Proposta que apresentou disse que mudaria a designação de "Proposta" para "Recomendação" porque não tem qualquer problema nisso, informando que já tinha falado com Sr. Presidente e como a última Proposta da reunião de hoje, vem exatamente da Divisão de Desenvolvimento Económico, portanto, as Propostas também entraram. Acrescentou que a questão, é que esta não era bem uma Proposta sobre nenhum Pelouro, mas sim uma questão mais política e daí ter-se chegado à conclusão de deveria ser discutida no Período Antes da Ordem do Dia, e também não quer ferir quaisquer suscetibilidades e não quer ter tratamento privilegiado perante qualquer um dos outros Vereadores e por isso aceitou que ficasse como Recomendação.

Na questão da aprovação dizer que o importante é que se estude a possibilidade e quando digo que se estude a possibilidade não se trata somente da possibilidade tecnológica porque se quiser, neste momento, posso começar a filmar e a transmitir direto no canal do facebook ou de uma coisa qualquer, portanto não é uma questão tecnológica que está aqui em causa, o que está em causa é exatamente a discussão que o Sr. Presidente lançou, e que também tem os seus receios, de tentar aproximar mais os eleitos dos eleitores, dos 60 mil eleitores mais os que não votam, porque também têm direito a ver e em vez de estar a patrocinar essa aproximação estar se calhar depois a ter a sala vazia e menos pessoas a assistir e a colocar os seus problemas nas reuniões públicas, portanto, quando diz que se estude a possibilidade, aquilo que quer dizer é que todo o executivo se debruce sobre o assunto, uma vez que este não pertence a nenhum Pelouro, em particular, e se fosse uma questão meramente tecnológica deveria haver um Departamento que tratasse da questão, portanto a ideia era conseguirmos chegar a uma conclusão, sobre o que é, de facto, melhor para nos aproximarmos dos municípios e estes estarem conscientes daquilo que cada um de nós defende para a sua terra.

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse: "Eu gostava de clarificar que não quis de forma alguma levantar algum problema em relação se é Proposta ou se é Recomendação, é que nós no Partido Socialista também tínhamos a ideia de apresentar, por escrito, a Proposta que o meu camarada Luís Chula aqui trouxe sobre algum incentivo à poupança de água e não o fizemos precisamente para cumprir regras, mas como eu já disse uma vez, na reunião privada, todos nós estamos a aprender a estar uns com os outros.

Em nome do Partido Socialista, obviamente que nós achamos, também, que é necessário fazermos este estudo, também achamos que o estudo deve incidir, especificamente, sobre, vamos ter mais pessoas, vamos ter menos pessoas, as pessoas vão participar, as pessoas vão deixar de estar, aqui, presentes? De que forma é que as pessoas nos vão acompanhar neste nosso trabalho de serviço público e até que ponto é que elas se vão sentir pertença, e isso pode levar a que elas possam, efetivamente, baixar novamente os números da abstenção que não deixam de mais não ser do que o abdicar de uma postura de cidadania, portanto, em nome do Partido Socialista, obviamente, nós vamos votar a favor, tendo sempre esta reflexão do acesso aos estudos e norteando-nos sempre com o serviço público e a participação de cidadania, que me parece, que é cada vez mais importante, e essa sim precisa, e certamente os nove concordarão, de uma situação de pedagogia que passa pelos afetos e também de nós irmos ao encontro da população."

Após a discussão foi a Recomendação submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade

Em seguida o Sr. Presidente deu início ao Período da Ordem do Dia

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Presidente em substituição da Vereadora Vivina que se viu impedida de apresentar a mesma por questões de saúde.

1. CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

"O nº 7 do art.º 51º da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro (LOE – 2017), conjugado com o art.º 3º, da Portaria nº 149/2015 de 26 de maio, vêm dispor que, a celebração ou renovação de contratos de prestação de serviços na modalidade de contratos de avença ou de tarefa, dependem de parecer favorável do órgão executivo, relativamente à verificação do requisito previsto no nº 2 do art.º 32º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho.

Assim, para os efeitos previstos no nº7 do art.º 51º da Lei nº 42/2016 de 28 de dezembro, propõe-se que a Câmara Municipal, delibere emitir parecer favorável:

- À celebração de um contrato de prestação de serviços, em regime de avença com, Paula Maria Silveira Ramalho, tendo por objeto, sempre que solicitado, assegurar a representação em Juízo do Município da Moita, bem assim dos eleitos dos respetivos Órgãos, quando estes por inerência de funções e nos termos legais, tenham direito a assistência judiciária, pelo período de um ano, renovável por iguais períodos, pelo valor global de € 28,200,00 (vinte e oito mil e duzentos euros), ano, a pagar em doze prestações mensais acrescidos de IVA se devido, a onerar a rubrica 01.02.01.01.07;

- À celebração de um contrato de prestação de serviços, em regime de tarefa com, Vania Cristina Ferreira Delgado Gonçalves, tendo por objeto, desempenhar funções de auxiliar de ação educativa, apoio a NEE, na EB Alhos Vedros, durante o ano letivo 2017/2018, pelo valor de € 5 830 (cinco mil oitocentos e trinta cêntimos), pagos em oito prestações mensais acrescidos de IVA se devido, a onerar a rubrica 03.01.01.07;

- À celebração de um contrato de prestação de serviços, em regime de tarefa com, Rute Andreia dos Santos, tendo por objeto, desempenhar funções de auxiliar de ação educativa, apoio a NEE, na EB nº 7 Baixa da Banheira, durante o ano letivo 2017/2018, pelo valor de € 5 830 (cinco mil oitocentos e trinta cêntimos), pagos em oito prestações mensais acrescidos de IVA se devido, a onerar a rubrica 03.01.01.07; "

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: “Esta Proposta suscita-me, aqui, uma situação que é, no nosso entender, estamos a falar na mesma Proposta de coisas diametralmente opostas, uma das situações incluídas na Proposta diz respeito a uma avença com um serviço de advocacia no valor de 2.350,00€ por mês e depois temos a celebração de um contrato de prestação de serviços das auxiliares de ação educativa, que tem uma natureza absolutamente diferente e a necessidade é óbvia e não digo que o serviço de advocacia não seja necessário, mas a necessidade é óbvia e enfim, permitirá também tipo de votação diferente entre uma situação e outra, daí que eu propunha que a votação fosse separada, isto porque nós conhecemos o número de processos que chegam ao conhecimento da Assembleia Municipal, o nosso conhecimento advém daí, 75% dos processos são considerados desertos, ou seja, as pessoas acabam por desistir, é o termo, e não chegam a julgamento. Nós não temos, por razões óbvias acesso aos processos-crime mas aos cíveis temos, e não são tantos assim como isso, daí que, ter um valor desta natureza para este tipo de serviço parece-me que choca, inclusive, com o pessoal superior das categorias superiores do próprio Município, daí propunha que discutíssemos a possibilidade de separar a votação das várias avenças que estão nesta mesma Proposta.”

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse: “Ao ler esta proposta que aqui nos é colocada à votação, obviamente, que também partilho que são situações, permita-me dizê-lo, de certa forma diferentes, a minha preocupação, até porque é um assunto que acompanho e que me é caro, aliás é a minha profissão. Certamente que a proposta da celebração da prestação de serviços para a Escola Básica de Alhos Vedros ou para a Escola Básica n.º 7 da Baixa da Banheira, estamos a falar de salas de ensino estruturado ou até mesmo de salas de multideficiência, de qualquer forma estamos a falar de um aluno do nosso Concelho que é muito pouco autónomo ou terá dificuldades de autonomia, precisa portanto do acompanhamento de autonomia ou mobilidade e precisa de um acompanhamento de uma auxiliar ou de uma assistente que o acompanhe, a minha pergunta é a assim, houve o cuidado, por parte da Câmara Municipal, que nesta prestação de serviços as duas pessoas que hoje aqui vêm a votação tivessem formação para trabalhar com crianças com necessidades educativas especiais?”

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse que a sua questão talvez não tenha a ver, propriamente, com a proposta, mas acaba por ter, ou seja é decorrente da Lei, senão da Lei da prática normal, questionando se o Advogado que se irá contratar para esta assistência jurídica/judiciária, para defender o Município em algum caso que surja, também é incumbido de defender ou de representar os respetivos eleitos dos Órgãos em algum caso que surja, e é isso que está na proposta e são essas as funções da pessoa, e lembrou-se de questionar porque há pouco no exercício das suas novas funções conversava com alguns dos funcionários da Câmara que, de facto, não têm um advogado que os defenda quando estão no exercício das suas funções, nomeadamente, o corpo de Fiscais, uma vez que não é assim tão simples, quanto isso, quando um Fiscal tem que atuar em algumas situações e isso nós não temos previsto ninguém para os defender, portanto não tem, propriamente, a ver com a proposta, mas naturalmente votará a favor porque não tenho nada contra, mas seria bom se calhar um dia pensar-se um bocadinho, também, nas outras pessoas que fazem parte das equipas de trabalho e que nas suas funções, por vezes, precisam de proteção e de representação jurídica.

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Disse que queria só esclarecer que estas Auxiliares de Ação Educativa, que são Assistentes Operacionais, não são para salas do ensino estruturado, são para o Pré-escolar que é a única competência que a Câmara Municipal tem, mais acrescentou que estão pedidas sete,

porque todos os agrupamentos pediram, e que ainda só vieram autorizações para duas colocações. Disse, ainda, que: “As duas Auxiliares em causa, já estiveram connosco, já trabalharam connosco e todas as Auxiliares que têm trabalhado connosco ao longo do ano vão às formações que a própria Câmara dá ou outras. Lembro-me que o ano passado, no Centro de Formação de Deficientes todas elas participaram também e são pessoas que reúnem no seu Currículo já experiência com crianças com necessidades educativas especiais, ou em Jardim de Infância”.

Sr. Presidente – Sobre as questões colocadas informou que a representação judiciária tem que ser feita por Advogada, não pode ser feita por Jurista do Mapa de Pessoal dos respetivos municípios, portanto tem que ser sempre alguém contratado do exterior. Mais disse que pensa que todos, ou muitos, terão tido a experiência de já ter recorrido aos serviços de um Advogado, e dos valores que são praticados para este tipo de prestação de serviços, ou seja, se contratássemos à peça, digamos assim, pagar-se-ia, seguramente, mais do que através desta opção de Avença, e o valor foi calculado na base do que é cobrado por um Jurista, enfim, aí um pouco mais de que a meio da carreira, digamos que equiparámos, para ser mais claro, aos Juristas que temos a trabalhar na Câmara, nomeadamente, à dirigente do Gabinete Jurídico do Município e o valor aparenta ser maior porque, para todas as avenças, nós calculámos o seu valor a partir da multiplicação do valor salarial mensal por catorze e dividindo por doze, daí parecer que o salário mensal é mais elevado do que de facto é. Mas entende-se que estes trabalhadores, apesar de serem avençados, têm também direito a receber o seu 13º mês e o seu Subsídio de Férias, que é incluído no pagamento mensal, por isso que o resultado é o valor apresentado, e para além disso, desde há cerca de um ano, incluímos o pagamento do seguro porque estes trabalhadores não o têm, e se os trabalhadores do Mapa de Pessoal do Município têm o seguro que a Instituição dispõe para todos, então estes também deveriam ter um seguro e como não pode ser a Câmara Municipal diretamente a fazê-lo, inclui-se o seu valor na Avença, para que eles o façam por si.

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse: “Sr. Presidente, o seguro que está a falar é o seguro de acidentes pessoais? É que também há um seguro profissional dos Advogados.”

Sr. Presidente – Disse que neste caso concreto não sabe qual é o que fazem. Por último, sobre a questão que foi colocada disse não ser viável, ou seja, vamos lá ver, temos uma proposta única, com uma numeração única, apresentada em conjunto, e a sua deliberação necessita de ser feita em conjunto, pensa que não, pensa que não faz muito sentido, verdadeiramente, expressam a vossa opinião, está expressa, está registada em Ata, o sentido de voto será aquele que entenderem que seja e fica claro qual é a vossa questão nesta matéria mas é um caminho, enfim, é um caminho complicado se se vai, a partir de agora, em cada Proposta começar a separar: “a frase a) eu gostava de votar a favor mas a frase b) já não me agrada muito e quero votar contra”, não se pode ir por aí, a proposta é esta.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: “Compreendo a explicação do Sr. Presidente no sentido de não dividir a Proposta, enfim, eu gostaria de ter visto isto em duas Propostas mas se não foi a forma como foi formulada, e nós não vamos de forma nenhuma deixar de aprovar as Auxiliares Educativas por temos uma opinião diferente no que respeita à questão primeira e daí que o nosso voto será um voto favorável para a proposta no seu conjunto, com as devidas observações que já fizemos.”

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Disse: “Uma pergunta embora não esteja aqui na proposta que nos trazem, fala de assegurar a representação dos eleitos, como referiu o Vereador Luís Nascimento, a pergunta é, “Esta Advogada, na prestação de serviços, também inclui fazer pareceres jurídicos ou é só, mesmo, assegurar a representação?”

Sr. Presidente – Informou que é só a representação porque os pareceres jurídicos e o acompanhamento jurídico necessário à atividade corrente da Câmara Municipal é prestada pelo Gabinete Jurídico e pelas Juristas que lá trabalham.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse: “Acompanho aquilo que os meus, aqui o Vereador Luís Chula e Vereadora Filomena Ventura dizem no sentido e com isto só queria acrescentar uma coisa, aqui, quando se coloca separar a Proposta em dois pontos, pretendo apenas clarificar o sentido de voto e discutir a essência de ambos os temas, não é a mesma coisa a área educativa, que podemos considerar ou não a necessidade e estar de acordo ou não, com os montantes e fazer todo o tipo de debate político em torno desse tipo de intervenção, misturá-los com a parte jurídica, de apoio jurídico, são duas áreas distintas e ao misturá-las não se está a abrir a oportunidade de abordar os dois temas com a profundidade que ambos o merecem e não se está a permitir clarificar a intervenção em cada um dos temas com a dignidade que os temas merecem e com a transparência que é necessária para ficar registada até para consulta pública e para memória futura, ou seja, não considero que misturar as coisas, isto aqui não é tanto por este tema específico, por este ponto específico mas no decorrer das reuniões de Câmara começa-se a gerar aqui uma praxis, a criar uma prática que depois poderá ou não, ser aquela que melhor serve o debate de ideias, por isso acho que quando vêm, e uma sugestão para futuro que eu aqui deixo é que se pense bem quando se trazem aqui as Propostas de maneira a não misturar as coisas.”

Após as intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Miguel Canudo.

2. DECLARAÇÃO DE ABANDONO E PROPOSTA DE AQUISIÇÃO POR OCUPAÇÃO PELO MUNICÍPIO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

“Foi removido um conjunto de veículos da via pública por se encontrarem em situação de estacionamento abusivo, ao abrigo do disposto na alínea a), do n.º1, do artigo 163.º do Código da Estrada.

Foram cumpridos os requisitos legais necessários para que os veículos possam ser declarados em estado de abandono e adquiridos por ocupação pelo município.

A informação técnica em anexo à presente proposta, detalha todos os procedimentos realizados e resultados obtidos.

Para todos os veículos foi realizada uma vistoria pela comissão aprovada em reunião de câmara de 02 de julho de 2014, a qual emitiu um parecer técnico por veículo. Todos os veículos vistoriados foram considerados veículos em fim de vida.

Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere declarar o abandono e a aquisição por ocupação pelo município, dos veículos em fim de vida abaixo identificados, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4, do artigo 165.º e n.ºs 1 e 3, do artigo 166.º do Código da Estrada e, da alínea dd), do n.º1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12/09:

00-79-LI; 06-00-NH; 09-14-RM; 13-81-GD; 17-26-IP; 18-64-IX; 21-33-RB; 25-49-EG; 27-79-BS;
28-18-RL; 35-34-AZ; 39-53-LO; 40-37-JH; 55-45-EJ; 57-04-CI; 57-08-DQ; 58-56-LI; 63-31-DC;
66-36-UV; 66-88-AB; 66-88-DI; 68-05-HA; 74-17-GH; 80-99-TA; 82-20-MQ; 85-48-GB; 86-15-EZ;
87-40-CE; 94-17-GL; 96-25-OQ; 98-20-DG; UB-34-24; XV-25-21; 1997 TM 64; VS 457630."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

3. CONTRATO – PROGRAMA 2017 COM ASSOCIAÇÕES DO CONCELHO

"A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.

2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.

3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e participações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social, cultural e desportivo, entre o Município da Moita e a seguinte entidade (conforme documentos em anexo):

Grupo Desportivo Fonte da Prata

Sociedade Filarmónica Capricho Moitense

Sociedade Filarmónica Estrela Moitense

As participações consideradas têm cabimento: na rubrica **251.17 / 03.0407010299 – Apoio a Associações Culturais e Desportivas** no valor de **4.750€** (quatro mil, setecentos e cinquenta euros) e na rubrica **251.22 / 03.08070105 – Apoio ao Movimento Associativo - Investimentos** no valor de **4.350€** (quatro mil, trezentos e cinquenta euros). “

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: “Ora eu li as Propostas, são muito semelhantes a todos os Contratos-Programa que têm vindo a ser assinados entre a Câmara e as Associações, a única questão que se me coloca e que me surpreende pela positiva, mas sobre a qual eu gostaria de ter mais alguns pormenores, é sobre este Protocolo com a Estrela Moitense, em que refere num determinado ponto um projeto de parceria com a Câmara Municipal tendo em vista o objetivo de descentralizar a programação de cinema no Município e de reavivar o auditório da Sociedade, enquanto espaço social e cultural da vila da Moita, recuperando a sua história, é bastante positiva esta ideia, de voltar a podermos ter cinema na Moita, mesmo que espaçadamente e dentro de um projeto cultural, agora eu gostava era de saber alguma informação sobre esta parceria, como vai correr, o que é que está pensado fazer e quantas vezes por ano é que vamos ter espetáculos de cinema na Estrela Moitense.”

Sr. Vice-Presidente – Disse que à semelhança de outros projetos foi iniciado um trabalho e quando assim acontece pensamos que o devemos colocar em reunião até por uma questão, como foi dito, de transparência e até de se dar oportunidade aos comentários, mas é, efetivamente, um trabalho que se estabelece e estabelecendo deverá verter para a reunião. Acrescentou que aquilo que está a ser conversado é dado histórico, como foi dito, da Estrela Moitense e pode-se iniciar, à semelhança até do que já foi feito com o teatro, mas neste caso com o cinema, portanto tem-se vindo a discutir, agora com as técnicas sobre qual será o caminho melhor para esse fim, sendo que as características técnicas do espaço não são as mesmas que a tecnologia recente, portanto é essa a dificuldade que temos tido neste momento, mas está-se a debater esse tema.

Sr. Presidente – Acrescentou que é uma intenção, que está ainda no início, o caminho com certeza ainda terá os seus obstáculos para ultrapassar.

Após as intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

4. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DA MOITA – FANFARRA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

“A Fanfarra da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Moita é o único grupo do género no concelho e uma das várias iniciativas locais de qualidade artística e cultural, sendo composta maioritariamente por mais de 30 crianças e jovens.

Sendo uma das prioridades da Câmara Municipal da Moita a cooperação, incentivo e valorização destes grupos culturais, têm sido várias as intervenções e apoios no sentido de contribuir para a sua continuidade e para um gradual desenvolvimento qualitativo, reforçando estas intenções as diversas participações financeiras prestadas aos diversos grupos existentes.

Desta forma, propomos uma participação financeira no valor de 1.650€ (mil seiscientos e cinquenta euros) à Fanfarra dos Bombeiros Voluntários da Moita.

O apoio referido tem cabimento na classificação 251.17-03.04.07.01.02.99 “Apoio a Associações Culturais e Desportivas”. “

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi a mesma submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade. Não votou este apoio o Sr. Vereador Luís Chula por pertencer aos órgãos sociais da Associação.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Luís Nascimento.

5. REGIME DE LICENCIAMENTO DOS RECINTOS ITINERANTES E IMPROVISADOS – CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE VISTORIAS

“O Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, estabelece o regime de licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos.

De acordo com o n.º 2 dos artigos 6.º e 16.º do Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, no que concerne aos recintos itinerantes e improvisados respetivamente, poderá existir a realização de uma vistoria, sempre que a entidade licenciadora considere necessária.

Tendo a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 3.º, do supra citado diploma legal, a competência do licenciamento relativo à instalação dos recintos itinerantes e improvisados, e não estando previsto no diploma a entidade competente para a nomeação, assim como a composição da comissão de vistorias, proponho que a mesma seja composta pelos membros infra referidos, consoante o tipo de recinto, estabelecimento ou atividade a vistoriar:

- a) Dois técnicos a designar pela Câmara Municipal, tendo, pelo menos um deles, formação e habilitação legal para assinar projetos previstos no Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual;
- b) Um engenheiro eletrotécnico;
- c) Um representante do Serviço Nacional de Bombeiros;
- d) Um representante da autoridade de saúde competente;
- e) O veterinário municipal."

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão com as seguintes intervenções.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse: "A Lei efetivamente, isto reflete a Lei só que estamos aqui numa situação em que a alínea c) diz que haverá um representante do Serviço Nacional de Bombeiros, que é uma organização que não existe. A sugestão que eu faço é que, uma vez que o Serviço Nacional de Bombeiros, que efetivamente existiu, foi absorvido pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, que seja substituído nesta proposta o termo "um representante do Serviço Nacional de Bombeiros" por "um representante da Associação Nacional da Autoridade Nacional de Proteção Civil". O serviço municipal de Proteção é também um integrante da Associação Nacional de Proteção Civil."

Sr. Presidente – Disse que a questão que se coloca é qual é o objetivo da vistoria e quem é que lá faz falta, portanto, chamasse como se chamar, os Bombeiros fazem lá falta, porque a segurança contra incêndios é fundamental nestas matérias, e garantir que todas as medidas e as obrigações legais de proteção contra incêndios, de equipamentos de proteção, de equipamentos de combate, de extintores dessas coisas todas estão lá, ora, a questão que se coloca é dizendo que é Proteção Civil, não tem a mesma função que os Bombeiros. Nós podemos dizer, eles delegam sempre nos Bombeiros. Sei lá se delegam? E se um dia não delegam? E depois vai lá alguém que até sabe muito de Proteção Civil e de proteção contra terremotos e contra inundações, mas de fogos não é a especialidade dele. Como é que ficamos? A minha questão é esta. Eu percebo a questão, de facto o Serviço Nacional de Bombeiros, com esta designação, não existe, hoje a entidade nacional é a Autoridade Nacional de Proteção Civil que incorpora o acompanhamento dos Bombeiros, mas tenho dúvidas qual é o melhor para aqui ficar. Se não devia ser de facto Bombeiros.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Do ponto de vista de Lei, o que está na Lei "*ipsis verbis*" é um representante do Serviço Nacional de Bombeiros, portanto, aqui assim o equívoco será da Assembleia da República que faz uma Lei, indicando um Órgão que já não existe, não será da Câmara, mas na realidade aquilo que se pretende, e todos percebem, é que o Comandante dos Bombeiros faça a vistoria

e como é óbvio é aquilo que se pretende, como se vai por isto em termos de português de forma a dar com a Lei que existe e de forma a não ferir a suscetibilidade de se estar assim a referir um Órgão que já não existe o “Serviço Nacional de Bombeiros”, um representante dos Bombeiros Voluntários da Moita, pensa que é o correto, ou um representante dos Bombeiros, pensa que é o melhor.

Após as intervenções foi a proposta submetida a votação tendo sido aprovada por unanimidade, com a alteração da designação do representante constante da alínea c), onde passará a constar: “Um representante dos Bombeiros.”

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram vinte e três horas e trinta minutos. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas, encontram-se devidamente gravadas em CD's, ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA